

A MACROECONOMIA E O PARANÁ

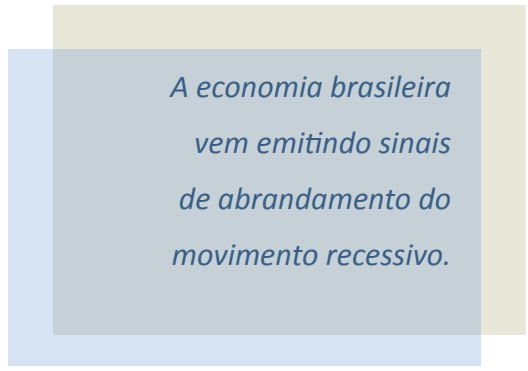
Julio Takeshi Suzuki Júnior

À exceção de uma parcela dos analistas heterodoxos, marcada pela ingenuidade, excessos ideológicos e conveniente desapego pelos números, os especialistas concordam quanto às causas da profunda recessão vivida pelo País. Entre os equívocos na condução da política econômica, destaca-se a descontrolada expansão fiscal, evidenciada pela forte elevação do gasto primário do Governo Central, que, no curto período de 2010 a 2015, saltou de 16,9% para 19,5% do PIB, provocando a reversão do saldo entre receitas e despesas antes do pagamento dos juros (de um superávit de 2% do PIB para um déficit de 1,9%, nesse mesmo nível administrativo) e a explosão da dívida pública.

Em paralelo a essa irresponsável gestão fiscal que previa recursos infinitos, o voluntarismo permeou a política monetária. Sem deixar de reconhecer o estratosférico custo do crédito no Brasil, a taxa real de juros chegou a ser reduzida para menos de 2% na segunda metade de 2012, mesmo diante das projeções de alta da inflação, em uma forçada trajetória declinante que levou o IPCA a superar o centro da meta em nada menos que 6,1 pontos percentuais no encerramento de 2015. Como se sabe, tal desequilíbrio derivou também de uma ultrapassada política de controle de preços públicos, responsável por elevar o IPCA específico dos bens e serviços monitorados para mais de 18% no ano retrasado, com o inevitável reajuste dos valores defasados de itens como os combustíveis e a energia elétrica.

No rol de ingerências, merecem citação ainda os excessivos incentivos a segmentos econômicos classificados como estratégicos, que não produziram grandes retornos, não obstante os altos gastos, e as regras altamente restritivas dos processos de desestatização, sendo emblemático o caso do regime de partilha do petróleo do pré-sal.

Diante de tudo isso, o PIB brasileiro recuou -7,3% no biênio 2015-2016, observando-se resultados igualmente surpreendentes, pelo aspecto negativo, no âmbito setorial. Segundo pesquisas conjunturais do IBGE, a produção da indústria nacional de transformação alcança hoje um patamar semelhante ao observado no final de 2013, na série ajustada sazonalmente, enquanto o volume presente das vendas do comércio varejista está próximo dos níveis registrados nos primeiros meses de 2012 ou 2016.



*A economia brasileira
vem emitindo sinais
de abrandamento do
movimento recessivo.*

De todo modo, a economia brasileira vem emitindo sinais de abrandamento do movimento recessivo, em uma trajetória que, em caso de continuidade, pode representar o retorno do crescimento em bases anuais. De acordo com os últimos resultados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, referentes ao período de janeiro a março de 2017, o PIB brasileiro avançou 1% em relação ao trimestre imediatamente anterior, contabilizando queda de -0,4% no confronto com o mesmo intervalo de 2016.

Na mesma base de comparação desse último resultado, a economia paranaense apresentou taxa real de crescimento de 2,5% (tabela 1), conforme estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Esse razoável número foi propiciado principalmente pelo desempenho excepcional da agropecuária, cujo Valor Adicionado (VA), variável que corresponde ao PIB subtraído dos impostos, evoluiu 14,6% no primeiro trimestre deste ano, refletindo, por sua vez, o recorde na produção estadual de grãos de verão.

TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PARANÁ - 1o TRIMESTRE DE 2017

SETOR	TAXA (%)	
	1o Trimestre de 2017	Acumulado dos Últimos Quatro Trimestres
Agropecuária(1)	14,6	4,7
Indústria(1)	3,1	0,6
Serviços(1)	-0,9	-1,4
Valor Adicionado	2,7	-0,3
Impostos	1,4	-0,6
PIB total	2,5	-0,3

FONTE: IPARDES

(1) Valor Adicionado (VA) de cada setor.

No entanto, levando em conta que a atividade primária do País também avançou de forma expressiva, pode-se afirmar que o principal fator explicativo do diferencial de crescimento entre o Paraná e o Brasil diz respeito ao setor industrial, que progrediu 3,1% no Estado, contrapondo-se ao decréscimo de -1,1% anotado na esfera nacional. Localmente, os ramos de máquinas e equipamentos, alimentos e veículos automotores foram os que mais contribuíram para a expansão industrial, explicitando, no caso dos dois primeiros segmentos, a relevância do multiplicador agropecuário. Já no que se refere ao crescimento da indústria automotiva paranaense, houve forte influência do movimento de reposição de estoques, assim como da elevação das exportações.

A propósito, sem a opção das vendas externas para contornar a atual limitação da absorção nacional, o terciário foi o único setor a apresentar taxa negativa no resultado do primeiro trimestre do PIB do Paraná, podendo restringir o processo de retomada econômica na hipótese de prosseguimento dos presentes níveis de atividade do comércio e dos serviços, que respondem por um significativo peso de 65% na economia do Estado. Inclusive, a estagnação do terciário pode dificultar sobremaneira a recuperação do mercado de trabalho, uma vez que nele predominam atividades intensivas em mão de obra.

De qualquer maneira, é certo que, superada a fase mais aguda da crise, precisam ser ampliadas as discussões acerca do crescimento sustentado do País, condição que indubitavelmente favorecerá o Paraná, tornando ainda mais importante a atuação de veículos de divulgação como a Vitrine da Conjuntura da FAE, que ao longo dos seus dez anos de existência já contribuiu significativamente para o debate econômico.